



## **EDUCAÇÃO E POBREZA: A ESCOLA COMO GARANTIA DE DIREITOS**

Francion Maciel Rocha<sup>1</sup>

Francisco Ricardo Miranda Pinto<sup>2</sup>

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho surgiu a partir do uso das discussões levantadas durante o curso *Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, tendo em vista o estudo aliado à educação e à pobreza contemplar as noções de igualdade e desigualdade em ou na sociedade. O presente estudo tem o intuito de analisar a educação e a pobreza no espaço social em que o sujeito está inserido. A Educação abrange vários contextos e um deles é a pobreza tida como uma enorme parcela dos problemas sociais, que afeta o desenvolvimento do ser, bem como de toda sociedade. Este estudo possibilitou-nos verificar o quanto a Educação contribuiu na formação humana e profissional, especificamente no que se refere ao meio social do indivíduo. O ato de socialização configura uma necessidade de todo indivíduo, o que pode estar ancorado na necessidade coletiva e individual do ser.

**PALAVRAS-CHAVE: Educação. Pobreza. Desigualdade social.**

### **INTRODUÇÃO**

A Educação é um tema bastante amplo quando se alia às discussões sobre pobreza e levam a uma abrangência minuciosa de detalhes, pois é necessário cautela para não defender um e ofender outro, já que são temas relevantes.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar como a Educação e a Pobreza garantem direitos a quem é de direito, ou seja, aos minoritários. Esta análise justificamos pelos poucos e parcos esforços percebidos ao longo dos anos no magistério, pois as escolas seguem documentos que vão, muitas vezes, em desacordo com a realidade em que estão inseridas, tendo grandes prejuízos sociais em ambas as partes: escola/sociedade/escola.

---

<sup>1</sup>Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social

<sup>2</sup>Doutorando em Saúde Coletiva

<sup>3</sup>Doutora em Linguística.



O que verificamos, na prática, é a escola como detentora não só de repasse de conteúdos, mas de tudo que esteja envolto no âmbito social, sendo assim, as necessidades dos estudantes atendam as da escola, vice-versa. Na verdade, o contexto da escola deve ser o estudante e reciprocamente, pois não se pode deixar de lado o princípio social que tem a Educação e a Escola.

Com base em pesquisas de Libâneo (2013), Schwartzman (2006), Duarte (2013), Rego (2008), Mendonça (2015), Gonh (2011), Gamarnikow (2013), Freire (1987), Leite e Oliveira (2012), Nicoletti (2017), Gimeno Sacristán (2013) e Arroyo (2015) versam sobre os aspectos educacionais e sociais da escola. Buscamos subsídios nas abordagens teóricas destes autores, porque se unem à proposta aqui apresentada, a escola como vínculo que garante, de certa forma, os direitos essenciais da vida social.

Descrever e analisar o ambiente escolar como meio social, em que se encontram seres sociais, leva a comparar o quanto isso é satisfatório na sociabilidade entre todos. Vale salientar que a descontextualização se encontra a escola limita-se a um crescimento em relação à aprendizagem do estudante e aos princípios basilares da educação, pois igualdade, fraternidade e liberdade devem andar juntas e terem suas finalidades para o avanço deste processo, que não deve limitar a documentos descontextualizados da realidade da escola e de seus membros.

Neste capítulo, tratamos sobre a educação no contexto da pobreza e da cidadania, as lutas pelos direitos humanos, a escola como espaço de lutas sociais, pobreza e currículo. Mostramos como a educação abrange a pobreza em contexto social e o quanto a desigualdade ou a falta de direitos podem ser prejudiciais para uma educação significativa na vida de crianças e jovens.

### **A Educação no Contexto da Pobreza e da Cidadania**

A educação abrange vários contextos, um deles é a pobreza tida como uma enorme parcela dos problemas sociais que dificultam o desenvolvimento intelectual e social. Assim sendo, toda sociedade é prejudicada por este fator como se fosse uma condição para a vida humana. É papel fundamental da Educação dar condições ao homem em sua formação



humana, tornando-o crítico e autônomo para uma sociedade repleta de desigualdade, não para ser desigual, mas para construir a igualdade.

Nesta perspectiva, o mais importante é a formação da identidade do ser como social, dentro deste molde deve dialogar a Educação, uma vez que é uma célula do convívio social humano em que se estabelece a cidadania. Nesta visão, a Educação pode ser não- intencional e intencional. Na primeira, seu contexto é especificado pelo meio social e o meio ambiente em que está inserido o indivíduo; na intencional, a Educação é definida pelo ser, sendo-a escolar. É importante notar que a Educação não-intencional acontece por meio da interação social do indivíduo, sendo que ela não deve estar distante na construção da identidade social do ser. Já a educação intencional é formulada e propagada sobre a maestria da importância do que seja necessário para a construção das capacidades intelectuais, culturais e sociais do indivíduo.

Libâneo (2013, p. 23) mostra a importância das escolhas feitas e suas implicações sociais, e que:

[...] As finalidades educativas subordinam-se, pois, as escolhas feitas frente a interesses de classe determinados pela forma de organização das relações sociais. Por isso, a prática educativa requer uma direção de sentido para a formação humana dos indivíduos e processos que assegurem a atividade prática que lhes corresponde. Em outras palavras, para tornar efetivo o processo educativo, é preciso dar-lhe uma orientação sobre as finalidades e meios da sua realização, conforme opções que se façam quanto ao tipo de homem que se deseja formar e ao tipo de sociedade a que se aspira [...]. (LIBÂNEO, p. 23, 2013).

Esta deve ser a ideia a ser tomada na Educação, a efetivação do processo educativo para que possam alcançar uma finalidade dentro do contexto social e deixar de lado o discurso - que nada vai bem, porque a pobreza dos alunos impactam em seu desenvolvimento.

Como sanção deste impacto, temos a recente confirmação da Educação frente à adequação de crianças e jovens no espaço escolar, pois o acesso dos pobres à escola é recente, muitas crianças e jovens não tinham condições nem física, nem financeira e muito menos social para estarem e permanecerem na escola.

Recentemente, havia a ideia de que o problema da educação básica brasileira estava ligado à carência de escolas, juntamente com a das famílias. Por esta razão, os índices de abandono escolar prejudicavam o crescimento educacional do país, marcando um aumento em



relação ao trabalho infantil. Para retirada dessas crianças do trabalho infantil e a permanência na escola foi necessária a criação de políticas públicas de subsídio familiar, como por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF) (SCHWARTZMAN, 2006).

Em controvérsia, para alguns estudiosos, os programas vinculados à Educação têm piorado seu desenvolvimento devido essa fatalidade de subsídios dado aos pobres. Para outros, acreditam que a partir desses programas, muitos pobres conseguiram sair de uma má qualidade de vida. É equivocado pensar que todas as mazelas educacionais e sociais estão destinadas aos programas de subsídios familiares. Com isso, pode acontecer que a permanência nos programas seja vinculada à estabilidade do estudante na escola.

Paulo Freire (2005) afirmou que a “educação é libertadora”, sendo assim, não deve ser tirana, porque se afasta de seu objetivo social, “uma vez que a prática educativa é o processo pelo qual são assimilados conhecimentos e experiências acumulados pela prática social da humanidade [...]” (LIBÂNEO, 2013, p. 23).

A escola como parcela da educação social deve abranger a pobreza como algo que não seja motivo de exclusão ou segmentação da aprendizagem dos alunos, porque cada ser tem as suas limitações, independente das situações sociais em que se encontra. Graças à criação do PBF, há o incentivo aos alunos das classes minoritárias a permanecerem na escola, e que assim possam seguir o processo de aprendizagem sem interrupção. A finalidade destes programas de auxílio econômico e social é de resgatar e manter a dignidade e a cidadania das populações minoritárias.

Ao falar de cidadania, é fundamental e importante mostrar a ação da Educação na construção do sujeito cidadão, visto como essencial para a edificação ativa e efetiva do ser e o quanto é abissal a busca pelos direitos que institui a cidadania. Esta luta por direito é perceptível desde quando a escola – também formadora de cidadania – deixou de ser elitista e passou a abranger toda população (DUARTE, 2013). É preciso estar sempre alerta sobre os direitos essenciais que estão formulados baseados em garantias relegadas.

Ribeiro (2002) destaca que a cidadania abre os horizontes dos cidadãos no sentido de estarem atentos aos seus direitos e reivindiquem uma educação pública de qualidade, que seja singular, de acordo com as demandas sociais desta população. E por essa demanda a escola não deve ser um fracasso, mas um meio de oportunidades a todos os cidadãos.



O fracasso da educação brasileira passou a ser associado com o contexto socioeconômico da camada populacional, que antes não tinha acesso à educação, pois os estudantes, que dela participava, eram tidos como os intelectuais, filhos de ricos e que pobres não tinham a capacidade de estar em uma escola, sendo uma desvalorização social. Por esta ação excludora, a educação ainda carrega o peso desta representação negativa, que afeta indignamente a cidadania da população em situação de pobreza (DUARTE, 2013).

Portanto, a escola precisa instruir seus membros de que a luta é de todos e que não se faz uma sociedade digna de direito, incluindo uns e excluindo outros. A justiça deve ser estabelecida em todo segmento da sociedade, pois para isto, foi e é necessário lutar pelos direitos, porque são estas lutas que fazem as leis, conseqüentemente, garantir uma cidadania digna.

### **As Lutas pelos Direitos Humanos: Justiça e Educação**

Foram muitos fatos cruéis, no passado, que garantiram à sociedade lutar pelos direitos que não tinham ou não existiam, embora estes tenham vindo em uma conjuntura, cujo capitalismo resulta em toda crueldade que vivenciamos e cujos desafios atuais são as novas ideologias e concepções do Estado.

Congruentemente, a população carente era explorada, desvalorizada, tendo como garantia a desvalorização da dignidade humana. Por esta razão, eram visíveis as mazelas sociais que se instalavam nas comunidades onde estas pessoas viviam, ainda era pior sobre aquelas desprovidas de conhecimento.

Na sequência argumentativa, pode-se dizer que a cidadania, entre outras coisas, é uma construção política permanente. Este princípio remete a outro: o cidadão se inventa e se reinventa todo o tempo. É bom lembrar que a democratização crescente da cidadania não significa apenas uma compreensão normativa do seu forte potencial integrativo e igualitário. Supõe, de um lado, a consecução de políticas de crescente reconhecimento por parte do Estado da legitimidade do conflito e das lutas por direitos. E, de outro, que as políticas de renda, ou as políticas distributivas em sentido geral, tenham seu fundamento fortemente fincado no princípio da cidadania, no cidadão como titular inalienável de direitos (REGO, 2008, p.162)

É importante esta menção, já que a autora revela que o cidadão está sempre se construindo politicamente. Não obstante a riqueza dessa contextualização teórica,



consideramos que é possível completá-la com outras afirmativas que são necessárias para a sobrevivência dos direitos sociais, pois sempre se reconstrói politicamente e isso acontece em função das lutas sociais que visam aos direitos essenciais, garantias de uma vida digna.

O surgimento das primeiras comunidades que lutam por sobrevivência e sempre buscaram o melhor, seja para si ou para o coletivo, significam a busca da evolução que trouxe para o homem garantia e liberdade social. Assim, afirma Mendonça (2015): “É nesse processo de luta que surge e se aperfeiçoa a compreensão sobre direitos humanos.” O mais importante é ressaltar as lutas, porque elas trouxeram liberdade e garantia ao homem. Quando o povo se acomoda, é claro que os direitos são relegados a segundo plano e, para retomar, é preciso lutar, na verdade, a luta não para, pois sempre estamos precisando de direitos, os quais nascem das necessidades. Estas lutas partem dos movimentos sociais, que são organizações coletivas de caráter social, político e cultural. Estes movimentos lutam pela garantia do tripé, o qual demanda e expressa às necessidades de toda uma sociedade, pois as lutas só são necessárias devido às desigualdades de direitos que se estabelecem na coletividade. As lutas não servem apenas para aquisição de direitos, conforme esta visão, mas, fazendo uma discussão com a Educação, as elas são aprendizagens informais e interacionais. Para Gohn (2011), o que se aprende na busca por direitos são aprendizagens múltiplas que se relacionam tanto para os grupos dos movimentos sociais como para a aprendizagem do indivíduo, aprendizagem coletiva e individual. Assim, a Educação como organização comunicativa não pode, pois, ficar indiferente à dialogicidade interna que mobiliza diferentes vozes e argumentações na busca e garantia dos direitos.

Portanto, as lutas devem ter sempre um propósito, busca por direitos, efetivação e evolução, este último deve ser tanto no âmbito social, político, cultural e intelectual. Se os direitos são garantias sociais, devem também garantir uma progressão dinâmica do indivíduo em meio à sociedade em que está inserido. Ao descrever os Direitos Humanos, é necessário pautar em todo o contexto de luta para uma sociedade e para o indivíduo, pois para chegar aonde se chegou, foi preciso muitas batalhas, que custaram vidas para se manter vivas. Todas as lutas foram necessárias para a dignidade humana, hoje, os direitos humanos proveem direitos que garantam melhorias para a humanidade.

Os direitos humanos advêm de um tripé, que garante uma unidade em todos os segmentos sociais. Liberdade é uma garantia dos direitos que regem a ética social. Igualdade



rege os direitos de toda sociedade, como os direitos econômicos, sociais e culturais. Fraternidade rege o direito de ser social que mantém a todos unidos como sociedade. Para Mendonça (2015, p. 22), “Essa concepção deriva da influência que, nesse momento, exercia o pensamento liberal, substrato ideológico da própria Revolução Francesa”.

Podemos notar em relação à garantia aos direitos humanos que há uma (in)justiça próprias de governos não igualitários. É possível analisar as situações que o mundo vive atualmente e perceber que os direitos humanos:

[...] tornaram-se uma expressão do “nunca mais” por meio da construção de um mito político alternativo – o de que nós, enquanto seres humanos, temos direito à dignidade com igualdade, e que o papel do Estado é promover e proteger essa nossa humanidade igualitária (GAMARNIKOW, 2013, p. 194).

A autora expressa a garantia dos direitos dos cidadãos, embora seja de direito, muitas vezes, é alocado à margem do que nos garante a lei. Dentro deste contexto igualitário que rege os direitos humanos, é necessário que parta das promoções igualitárias, sejam ações que incluam a cidadania, a todos e que todos sejam igualitários aos seus direitos, não só perante a lei, porque em muitos casos ela é injusta.

Os direitos humanos garantem a todos uma inclusão social no que diz respeito às necessidades básicas de justiça igualitária, pois, quando se fala de justiça, temos a noção de igualdade. As injustiças sociais favorecem a crise, que, atualmente, assola o mundo, deixando de lado os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade (MENDONÇA, 2015).

O mundo vive repleto de situações racistas, fascistas e ditatórias que impedem o progresso desses direitos serem efetivamente úteis a todos. Por esta situação, a Educação ainda é o meio mais eficaz de liberdade, logo, seria preciso uma mudança no que garante a lei e que esta não seja mais uma forma de opressão e injustiça (GAMARNIKOW, 2013).

### **Escola: Espaço de Lutas Sociais**

A escola é um espaço de construção, seja intelectual, social, cultural e assim suas ações devem culminar para que o indivíduo, que dela participe, possa ter noção das dimensões sociais que abrangem a vida social. De tal modo, as escolas precisam ser ocupadas por cidadãos críticos buscando direitos por meio das lutas sociais, visando à inclusão social de todos em um regime igualitário, de acordo com a lei.



Portanto, faz-se necessário que a escola tenha sua confabulação com o meio social para assim poder acolher essas diferenças, sem diferença, não é possível dialogar, porque:

O diálogo não é um produto histórico, é a própria “historicização”. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se a si mesmo num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesmo é comunicar-se com o outro. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito. (FREIRE, 1987, p. 16)

É aceitável perceber, desde muito cedo, o papel do diálogo na construção do comum, pois esse deve ser igual a todos. Se a escola não é capaz de construir esse sincretismo da igualdade, tampouco será capaz de se inserir no comum, porque o diálogo deve atingir a subjetividade do sujeito para que haja uma interação transformadora dos sujeitos.

Sendo a escola um espaço de transformação e construção, faz-se necessário uma diferenciação no protagonismo do estudante, em muitos casos, a escola quer inibir esta transformação que é um processo natural da evolução social do Sujeito. Muito pelo contrário, a escola deve estimular a evolução intelectual, social e cultural do indivíduo (NICOLETTI, 2017).

Não se pode educar sozinho, tampouco educar por educar, deve haver uma combinação de ideias, crenças, cultura e política. Para que aconteça toda essa transformação é importante que a escola reveja seu papel no que realmente seja comum. A prática pedagógica das escolas deve, de forma clara, alcançar esse comunismo, pois não tem como ficar de fora de uma realidade tão próxima.

Paulo Freire, assim, nos mostra a necessidade de nós, educadores e educadoras, termos a “rebeldia” necessária para compreender as estruturas opressoras de nossa sociedade, numa perspectiva macro, e as práticas bancárias em nosso cotidiano, e rebeldia também para romper com essa realidade, em um mundo cada vez mais opressor, mais desigual. (LEITE; OLIVEIRA, 2012, p. 54)

Temos que acolher as diferenças para uma construção do comum, papel importante nas mãos de educadores que podem transformar essa realidade tão desigual. A partir dessa



observação, construímos a sociedade que tanto desejamos. Devemos ser críticos e democráticos quanto aos nossos objetivos.

### **Pobreza e Currículo: Um Diálogo Aberto**

Conceituar currículo é estar relacionado ao projeto da escola, que visa o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, é a prática da escola. Ainda mais prático quando este está aliado à pobreza, pois se sabe que não é fácil envolver conceitos e métodos que não estejam aliados ao ensino aprendizagem. Pensando assim, as escolas cearenses deram uma revirada em seus currículos para que pudessem se adequar as exigências do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Sendo assim, o jornal O Povo divulgou uma reportagem sobre: Por que escolas do Interior colocam o Ceará em destaque no IDEB?.

Percebemos, na reportagem, uma valorização da educação, comprometimento que envolve a todos de direito por essa transformação. É possível uma conscientização coletiva, sendo, portanto, possível a educação brasileira se tornar necessária e de qualidade a todos; deixando de lado o fato da obrigação. Sendo plausível para essa transformação, a continuação de programas que levam a efetivação da escola como meio de melhoria dos índices do IDEB, cujo caminho garante o rompimento com a reprodução da pobreza, embora também sejam necessários vários outros programas que estejam além da escola para que a reprodução da pobreza fique no passado.

Assim, podemos perceber a relação pobreza e currículo, pois não se faz currículo sem estar aliado à sociedade, ou seja, currículo é uma composição de ideias, sendo um instrumento para a prática pedagógica acontecer aonde as ideias se concretizam efetivamente, porque o currículo é uma união de valores e estes não podem ser desmerecidos.

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância. (GIMENO SACRISTÁN, 2013, p. 10)

Para o autor, é preciso que o currículo seja a ponte que liga a sociedade à escola, pois não pode haver currículo distante da sociedade, tendo em vista os objetivos partirem do



conceito de cultura e levarem ao conhecimento do ser. Portanto, o currículo é obrigatório às escolas, mas não é o único meio que de alicerce.

Nesta visão, o currículo tem suas divisões, que são: currículo formal, real e oculto. A cada um, exhibe suas especificidades dentro que propõe os documentos de base da educação como a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Assim, é possível analisar a que objetivo está ancorado cada currículo. Primeiramente, o currículo formal:

é “prescrito” porque é pensado fora das especificidades de uma sala de aula, quer dizer, vem antes do contato efetivo entre professores (as) e estudantes. Aparece, por exemplo, nas diversas formas de diretrizes curriculares (nacionais, estaduais, de educação especial etc.) e constitui-se de um conjunto de conhecimentos que a escola e o sistema de ensino julgam imprescindíveis para os (as) estudantes em determinada disciplina ou em determinado ano escolar (ARROYO, 2015, p. 45).

Portanto, o *currículo formal* está ligado ao que rege as leis do sistema educacional do país, embora visando os aspectos culturais do que constitui a escola, mesmo assim, ainda parece distante da realidade, por este motivo, o currículo deve ser flexível para a escola devido suas multifacetadas sociais.

O *currículo real* se diferencia justamente por sua flexibilização diante da diversidade do público escolar, assim temos um:

[...] conjunto de conhecimentos prescritos pelas instituições de educação, ganha efetividade no dia a dia da sala de aula, nas relações que se estabelecem entre professores (as) e estudantes, nas particularidades de suas vivências e de suas maneiras de pensar. Ele é composto, por exemplo, de todas aquelas adaptações feitas cotidianamente pelo professor que percebe que um determinado assunto despertou o interesse dos (as) estudantes, ou das estratégias usadas para aproximar a temática de suas realidades (ARROYO, 2015, p. 45).

Este tipo de currículo está próximo ao professor, ao aluno e visa, a cada instante, o melhoramento ou a flexibilização da prática educativa, embora esteja ligado ao primeiro, mas



ainda há autonomia para o desenvolvimento da prática pedagógica satisfatória, segundo a visão do professor.

Para seguir o tripé e aproximar, de fato, a quem a Educação é destinada, temos o *currículo oculto* que:

é constituído por todos os saberes que não estão prescritos nas diretrizes curriculares, mas que acabam por afetar, positiva ou negativamente, o processo de aprendizagem dos conhecimentos escolares. São os conhecimentos adquiridos fora da escola, com a família, os amigos; ou, ainda, no espaço escolar, nas brincadeiras dos corredores, na forma de dispor as carteiras, na maneira de se comportar diante de professores (as) e colegas etc (ARROYO, 2015, p. 46).

No currículo oculto, é possível analisar que o conhecimento é constituído por meio do convívio social, sendo ele essencial deste o princípio e que não se encerra em nenhum momento da vida do indivíduo. Analisando os dois primeiros conceitos de currículo, estes partem do currículo oculto, porque abrange o meio social e, assim, propõe nos termos, já que conhecimentos, habilidades e atitudes são socialmente valorizados. Por essa razão, o currículo não é algo separado do social, no entanto, não pode deixar de lado o contexto da escola, tampouco do aluno.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como sustentação as referências do curso de Especialização *Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. A intenção é de que as discussões formadas durante todo o curso estejam aliadas à Educação de forma que possam contribuir para o desenvolvimento social e intelectual do aluno.

Buscamos, neste trabalho, analisar a educação e a pobreza e quais as contribuições da Educação no contexto da pobreza e de que forma trabalha o estudante que vive em situação de vulnerabilidade social.

Para esta análise, revisamos os estudos implicados ao longo do curso de EPDS, que contribuiu para uma discussão sobre pobreza, cidadania, direitos humanos, justiça, escola e



currículo. Essas abordagens são tratadas no terceiro capítulo. Apresentamos no quarto capítulo um *projeto de intervenção*, em que o trabalho está voltado para socialização do estudante.

A partir deste estudo, podemos tecer algumas questões para a melhoria do contexto social da escola. A escola deve levar em consideração o contexto de vida dos estudantes, promover a socialização deles em competições saudáveis.

Com este trabalho, esperamos contribuir para a melhoria da escola, em âmbito intelectual e social. Esperamos, também, que sirva de reflexão para a prática docente, além de incentivo para novas pesquisas.

### Referências:

RROYO, Miguel G. **Módulo Introdutório** - Pobreza, desigualdades e educação. In: Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/capitulo1.html>. Acesso em 21/06/2017.

DUARTE, Natália de Souza. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Rev. Bras. Estud. Pedagog. (online)**, Brasília, v. 94, n. 237, p. 343-363, maio/ago. 2013.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAMARNIKOW, Eva. Educação, (in)justiça social e direitos humanos: combatendo desigualdades na globalização turbocapitalista. **Revista brasileira de educação**, v. 18, n. 52, jan/mar. 2013.

GIMENO SACRISTÁN, J. O que significa o currículo? In: \_\_\_\_\_ (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de educação**, v.16, n. 47, maio/ago. 2011.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; OLIVEIRA, Fernanda Silva de. A atualidade do pensamento de Paulo Freire e sua contribuição para a educação no Brasil. **Paideia**, ano 9, n. 13, p. 43-56, jul./dez. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II – Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. **In: Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Disponível em: [egpbf.mec.gov.br/módulos/pdf/modulo2.pdf](http://egpbf.mec.gov.br/módulos/pdf/modulo2.pdf). Acesso em: 4 jul. 2017.



NICOLETTI, Lucas Portilho. Infância, escola e educação das crianças no pensamento de Paulo Freire: fundamentos teórico-práticos de uma pedagogia humanizadora. Campinas, São Paulo, 2017. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322110/1/Nicoletti\\_LucasPortilho\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322110/1/Nicoletti_LucasPortilho_D.pdf)>. Acesso em 4 jul. 2017.

REGO, Walquiria Leão. **Aspectos teóricos das políticas de cidadania:** uma aproximação ao bolsa família. Lua nova, São Paulo, n. 73, p. 147-185, 2008.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 28, n, 2, p. 113-128, jul./dez. 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação e pobreza no Brasil. **Cadernos adenauer VII**, n. 2, 2006. Disponível em. <[www.kas.de/wf/doc/9746-1442-5-30.pdf](http://www.kas.de/wf/doc/9746-1442-5-30.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2017.